



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA**

ADEVAN DA SILVA PUGAS

**A NATUREZA DO TRABALHO RURAL E SUA INFLUÊNCIA SOBRE
O ESVAZIAMENTO NO CAMPO**

Cruz das Almas – BA

2015

ADEVAN DA SILVA PUGAS

**A NATUREZA DO TRABALHO RURAL E SUA INFLUÊNCIA SOBRE
O ESVAZIAMENTO NO CAMPO**

Trabalho de conclusão de curso submetido ao Colegiado de Graduação de Tecnologia em Agroecologia do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Agroecologia.

Orientador: Carlos Eduardo Crispim de Oliveira Ramos

Cruz das Almas - BA

2015

Ficha Catalográfica: apresentada na metade inferior da página, usando fonte tamanho 10.

(Após a correção da monografia com as considerações da banca e lida pelo orientador, o discente deverá solicitar a ficha catalográfica no site abaixo: <http://www.ufrb.edu.br/biblioteca/solicitacao-de-ficha-catalografica>)

ADEVAN DA SILVA PUGAS

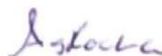
A NATUREZA DO TRABALHO RURAL E SUA INFLUÊNCIA SOBRE
O ESAZIAMENTO NO CAMPO

Monografia defendida e aprovada pela banca examinadora

Aprovado em 22 / 04 / 2015



Prof Dr. Carlos Eduardo Crispim de Oliveira Ramos
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Profa Dra. Ana Georgina Peixoto Rocha
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
(Nome, titulação, assinatura e instituição dos membros da banca examinadora)



Prof ^{MSc} Dr. José da Conceição Santana
Universidade UFRRB
(Nome, titulação, assinatura e instituição dos membros da banca examinadora)

À MARIA APARECIDA PUGAS (MÃE), PELO EXEMPLO
DE VIDA E APOIO INCONDICIONAL.
DEDICO!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da Vida!

À minha família que nos momentos difíceis foi minha fonte inesgotável de ânimo pra seguir em frente.

A Pastoral da Juventude, que me proporcionou o crescimento tanto pessoal quanto profissionalmente. Fazendo despertar em mim a religiosidade, autêntica profética e verdadeira.

Ao Programa de Educação Tutorial (PET) – Conexões de Saberes Socioambientais, pela enriquecedora experiência acadêmica e pessoal vivida. Em busca do desenvolvimento pessoal e coletivo. Além da remuneração necessária a reprodução da vida acadêmica.

Aos professores Carlos, Flávia e Thaís pelos ensinamentos e a motivação de se buscar evoluir sempre, não importando as dificuldades encontradas no caminho.

E por fim, a todos os amigos que direta ou indiretamente me passou força para seguir na caminhada. Nos momentos alegres e nas frustrações, retirando de cada situação novo aprendizado necessário a vida!

Muito Obrigado!

RESUMO

O fenômeno do êxodo rural atualmente, embora em menor intensidade, constitui um dos principais problemas do campo brasileiro. Dos fatores associados destacam-se a política agrícola adotada pelo Estado e as novas configurações das famílias rurais, além das especificidades regionais. Buscou-se nesse estudo, levantar informações acerca do esvaziamento do campo no Recôncavo, compreender a dinâmica migratória desse território de identidade associando-os aos fatores desse recorte espacial que teriam relação com a saída ou permanência dessas pessoas no campo. Para tanto, foi realizada pesquisa na literatura sobre os fatores relacionados ao êxodo rural, procedeu-se levantamento de dados secundários sobre a população rural dos municípios desse território de identidade e aplicou-se questionários em unidades de produção familiar para caracterização e análise dos fatores inerentes a migração rural/urbana. Percebe-se que há uma tendência do Recôncavo em diminuir o contingente populacional ao longo dos anos. A concentração fundiária, característica apresentada nas propriedades do Recôncavo, mostra-se como principal fator de saída das pessoas do campo, devido à densidade demográfica nesse território, sobretudo em estabelecimentos de menor extensão. A descentralização das decisões nas unidades de produção familiar aliadas ao acesso a educação se apresentam como condicionantes capazes de promover modificação nesse quadro. Garantindo a possibilidade de permanência dessas pessoas no campo, mas permanência com qualidade de vida.

Palavras chave: Êxodo Rural, Unidades de Produção Familiar, Recôncavo da Bahia

ABSTRACT

The rural exodus of the phenomenon today, although to a lesser degree, is a major problem in rural Brazil. The associated factors include agricultural policy adopted by the state and the new settings of rural households, in addition to regional specificities. Sought in this study, to gather information about the emptying of the countryside in the Reconcavo, understand the migratory dynamics of the identity territory linking them to the factors of spatial area that would be related to the departure or stay of such persons in the field. Therefore, research was carried out in the literature on the factors related to rural exodus, proceeded survey of secondary data on the rural population of the municipalities that territory identity and held interviews in family production units for characterization and analysis of the inherent factors rural / urban migration. It is noticed that there is a tendency in the Reconcavo slow population quota over the years. The small property, characteristic of Reconcavo property shows up as the main output factor for rural people because of the population density in that territory. The decentralization of decisions in family production units linked to access to education are presented as conditions that promote change in this framework. Ensuring the possibility of which such persons in the field, but stay with quality of life.

Keywords: Rural Exodus, Family Production Units, Bahia Reconcavo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.	População residente no Território de Identidade do Recôncavo da Bahia, segundo local de moradia.	18
Figura 2.	Porcentagem dos residentes do meio rural com idade 0 a 14 anos do território de Identidade do Recôncavo.	19
Figura 3.	Taxa de Analfabetismo da população de 15 anos ou mais, por situação do domicílio (%).	25
Figura 4.	Coeficiente educacional ponderado por família em função da média etária da família.	25
Figura 5.	Número de membros na família (<i>eixo x</i>) e Idade média da família (<i>eixo y</i>) e referência à escolaridade média da família (Coef.Edu; tamanho da bolha).	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Razão entre populações masculina e feminina rural segundo dados do Brasil, Região Nordeste, Bahia e do Território de Identidade do Recôncavo.	21
Tabela 2.	Correlação de Kendall ^τ para as variáveis que caracterizam as Unidades Familiares de Produção na Região do Município de Cruz das Almas no Recôncavo da Bahia.	28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SEI	- Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
UPF	- Unidade de Produção Familiar
Md Idd	- Média de idade das famílias
AtProp	- Área total das propriedades
CoefEdu	- Coeficiente Educacional
nº Mfam	- Número de membros da família
Part	- Coeficiente de participação da família das decisões das Unidades Familiares de Produção

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	15
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	15
2.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS	16
3. ESVAZIAMENTO DO CAMPO E SEUS FATORES CONDICIONANTES	18
4. CONDICIONANTES DO ESVAZIAMENTO RURAL NO RECÔNCAVO DA BAHIA ...	20
4.1 CONDIÇÕES DE TRABALHO NO CAMPO	25
4.2 CONDIÇÕES EDUCACIONAIS E SUAS DETERMINANTES	26
5. ANÁLISE QUANTI-QUALITATIVA DE DADOS PROVENIENTES DO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS- BA.	29
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

1. INTRODUÇÃO

A mobilidade rural/urbana é um problema relatado em diversos estudos (SÁ & OLIVEIRA, 2009; FROEHLICH et al., 2011; CAMARANO & ABRAMOVAY, 1999) onde são mencionados diversos fatores os quais contribuem para esse fenômeno social. Muito se afirma a respeito das causas, dentre elas a política agrária assumida pelo Estado, incentivando a adoção de modelos de produção baseados em monoculturas, com grande intensificação do uso de capital, mediante mecanização agrícola e utilização de insumos sintéticos.

Em contrapartida, a agricultura familiar manteve-se secundarizada. Sem incentivos e assistência técnica para produzir, dispendo apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos (SOUZA-ESQUERDO & BERGAMASCO, 2015) e sem recurso para investimento esses agricultores sofreram e ainda sofrem, devido o baixo rendimento, o que acarreta na precarização das propriedades rurais. Acarretando no empobrecimento da população camponesa e consequente motivação destes a migrarem para os grandes centros urbanos.

A agricultura familiar é um conceito de construção contínua, enraizadas historicamente e ligadas ao campesinato (JUNQUEIRA & LIMA, 2008). Atualmente é regulamentada na Lei nº 11.326/06 que caracteriza a agricultura familiar como sendo aquela desenvolvida em propriedades rurais de até 04 (quatro) módulos fiscais, onde predomina o trabalho familiar sobre a mão-de-obra total do estabelecimento, além da gestão ser realizada pelos membros das famílias agricultoras.

No Brasil esse problema do êxodo rural pronuncia-se desde a década de 1950, impulsionada pela proposta de desenvolvimento do campo brasileiro onde se preconizava o estabelecimento de culturas e criações em grandes áreas sendo trabalhadas através do emprego do chamado pacote tecnológico referente à Revolução Verde (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1999).

Segundo Evangelista e Carvalho (2001), o êxodo é um movimento populacional que provoca alterações relevantes no que toca a conformação demográfica das regiões (faixa etária, gênero, grau de instrução, etc.). Veiga (2001) assinala que o fluxo migratório está diretamente associado ao desenvolvimento das atividades econômicas. Ou seja, a cada rearranjo espacial destas atividades são provocadas modificações nas tendências migratórias das populações, sobretudo às do meio rural.

MAIA (2014) afirma que a definição do espaço rural apresenta contradições, devido às modificações que esse segmento vem sofrendo ao longo do tempo. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística considera rural as áreas externas ao perímetro urbano ou distrital e

externas às áreas urbanas isoladas definidas municipalmente (IBGE, 2010), indicando segundo Maia (2014) que a população rural brasileira sofreu uma redução de 17% em tempo inferior a 30 anos.

Em contrapartida, Veiga (2001) questiona essa definição por o rural não se limitar atualmente à produção primária. Estando presente neste espaço, tanto atividades relacionadas ao setor secundário quanto às relacionadas à prestação de serviço, o que faz do rural algo bem mais abrangente do que somente os espaços presentes entre os conglomerados urbanos.

Tal contradição deu-se devido os estudos que buscam compreender o espaço rural, nas especificidades que o difere do meio urbano e as relações entre eles, estiveram durante muito tempo relacionado ao desenvolvimento da Agricultura, como segundo Wanderley (2011), a agricultura contemplasse totalmente o sentido de ser rural. Wanderley (2011) acrescenta que o meio rural é espaço de diversidade, nas relações intrínsecas a ela e também com o meio urbano, apresentando interdependência entre esses espaços. E também que estudos sobre esses termos concretos demandam ser realizados para melhor entendimento das representações do meio rural.

O levantamento de informações dos agricultores referente às características e organização do trabalho rural pode constituir-se como ferramenta de fundamental importância para o desenvolvimento das atividades rurais (ALVES & MOTA, 2012). Uma vez que essas atividades reproduzem o modo de vida no campo, sobretudo no que toca a gestão dos recursos, compreendendo o trabalhador do como o principal deles.

Com isso, objetivou-se nesse trabalho Caracterizar a dinâmica demográfica do espaço rural do território do Recôncavo. Observar os fatores referentes ao êxodo nesse território de identidade comparando-os aos nacionais. Além de analisar as características de Unidades de Produção Familiar do município de Cruz das Almas e suas influências na migração das pessoas residentes no meio rural para os centros urbanos.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O universo do estudo compreende o território de Identidade do Recôncavo da Bahia, no entanto sabe-se que o a demarcação desse espaço pode variar de acordo com as finalidades e perspectivas de análise (CONCEIÇÃO et al., 2012). Neste estudo, para a caracterização da dinâmica populacional desse território levou-se em consideração os vinte municípios que enquadram-se nesse recorte analítico e de elaboração estratégica de políticas públicas do estado da Bahia, sendo eles os municípios de Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragojipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Antonio de Jesus, Santo Amaro, São Felipe, São Felix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo.

Segundo Ortega (2008) o território de identidade constitui-se a partir da identidade regional, aglutinando os municípios, mediante aspectos históricos, naturais, econômicos, sociais e culturais. Tendo como motivação a busca por modelos de desenvolvimento descentralizado e em conformidade com as realidades e anseios das pessoas que a serem beneficiadas com tal proposta na solução dos problemas vivenciados.

O território de identidade do Recôncavo possui 576.672 habitantes, desse quantitativo, 399.146 residem no meio urbano e 177.526 vivem no meio rural, com 89.654 homens e 87.872 mulheres no meio rural, respectivamente. Esse território apresenta também grau de urbanização de 69,2%, com densidade demográfica de 110,45 habitantes/km², caracterizando-se como espaço de alta densidade demográfica. Com relação aos aspectos sociais, 15% da população que reside no território do Recôncavo apresentam condições de extrema pobreza. Desse percentual, 53% residem no meio rural (IBGE, 2010).

Na aplicação dos questionários fez-se um recorte amostral, utilizando como fonte de dados Unidades de Produção Familiar (UPF) do município de Cruz das Almas, o qual pertence a esse território de identidade. O município apresenta 1322 propriedades caracterizadas como familiar, segundo a legislação que define a categoria (Lei Nº 11.326/ 2006) (IBGE, 2006).

Do total dessas propriedades 71,2% são geridos por pessoas do sexo masculino, sendo que as propriedades possuem área média de 4,2 hectares (IBGE, 2006). Segundo Lima (2009) as principais culturas trabalhadas são laranja, limão, amendoim (em casca), banana, batata-doce, feijão (em grão), fumo (em folha), mamão, mandioca, maracujá, milho (em grão),

tangerina e castanha de caju, tendo como destaques a cultura do fumo, a laranja e a mandioca. No campo da pecuária destacam-se as aves e os bovinos.

O município de Cruz das Almas grau de urbanização de 85,12%, superior em . E a proporção da população desse município que está em condições de extrema pobreza é de 11,2%. No entanto, se considerado o local de municípios verifica-se que do total de pessoas que vivem no campo 21,9% estão em condições de extrema pobreza (IBGE, 2010).

2.2 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Os dados levantados foram coletados em três vias distintas. Para o levantamento da dinâmica populacional do território de Identidade do Recôncavo foi realizada pesquisa referentes aos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, sendo utilizadas como fontes a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE e dados compilados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome - MDS.

Para melhor entendimento da temática abordada procedeu-se com revisão de literatura sobre o êxodo rural e os fatores que o influenciam. Para tanto, buscou-se em mecanismos de busca na internet trabalhos científicos que trouxessem contribuições relevantes na análise da situação problema.

Em conformidade e buscando complementar as informações levantadas em propriedades características da Agricultura Familiar. Os dados foram obtidos através de questionário, aplicados junto aos agricultores de UPF no município de Cruz das Almas, no período de março a novembro de 2013, com roteiros previamente.

As variáveis analisadas foram: média de idade das famílias, área total das propriedades, numero médio de membros das famílias, participação nas decisões (se a família concentra em uma pessoa ou compartilha as decisões em um só membro) e o coeficiente educacional (sendo aplicadas as escolaridades dos membros das famílias à escala de Lickert, onde o membro sem instrução obtinha nível 1 e o que continha pós-graduação nível 5 e os demais níveis entre esses valores extremos).

As aplicações desses questionários obtiveram duração média de 45 minutos. Manteve-se os entrevistados livres para responder as perguntas, interagindo com o mesmo somente quando necessário, com o intuito de garantir a fidedignidade das respostas coletadas. Depois de

organizar as informações obtidas na aplicação do questionário, estas foram estruturadas na forma de banco de dados com ajuda de planilha eletrônica.

Na análise estatística, foi utilizado o coeficiente de Kendall com significância bilateral, com significâncias 95 e 99% ($p < 0,05$ e $p < 0,01$) de probabilidade, respectivamente. Com a intenção de mensurar o grau de associatividade entre as demais variáveis analisadas nos questionários.

3. Esvaziamento do Campo e seus Fatores Condicionantes

Os fatores de esvaziamento do campo podem ser classificados como inerentes a mudança estruturais na família ou exógenos, onde são relacionados à política agrária implantada (MAIA, 2014). Nesse sentido, a saída de pessoas do meio rural pode ser entendida como uma das práticas constitutivas da realidade desses indivíduos como mecanismo de reprodução dessas famílias. Tendo como fio condutor as relações intrafamiliares, e as condições de trabalho existentes no campo (WOORTMAN, 1990).

De modo geral, analisando os fatores externos, pode-se afirmar que dois fatores fundamentais historicamente vêm ocasionando o fluxo migratório do campo brasileiro para as cidades. O primeiro corresponde à estrutura agrária do país, que nunca conseguiu alterar o desigual sistema de distribuição de terras e a segunda a política de modernização da agricultura que angariando investimentos para o desenvolvimento da agricultura patronal de larga escala, secundarizou os pequenos produtores, que por muito tempo viveram no atraso de uma agricultura de subsistência, sem nenhum investimento, quando esses não eram incentivados a deixarem suas pequenas terras para garantir mão de obra necessária à industrialização do país (WEISHEIMER, 2012).

Como resultado desse processo, a inevitável pobreza no campo mostrou-se historicamente impulsionadora de grande massa populacional das comunidades rurais para as cidades em busca de melhores condições de vida e trabalho, visto que estes não eram atendidos na zona rural.

Atualmente, embora em menores proporções, esse fenômeno ainda é registrado, apresentando características diferenciadas das observadas anteriormente. Sobretudo devido a um olhar diferenciado por um olhar diferenciado para a agricultura familiar que se iniciou na década de 90, o que desencadeou a criação de importantes políticas públicas direcionadas a esse setor, que por sua vez, trouxe solução, mesmo que parcial, para alguns dos problemas enfrentados por este segmento (JUNQUEIRA & LIMA, 2008).

Já as décadas anteriores à 1980 foram dominadas pela industrialização do país em substituição da importação de produtos. Esse processo impulsionou o mercado de trabalho urbano, tornando-os atrativos as populações rurais residentes nas diversas regiões do país. Tendo como principal pólo receptor de mão de obra o estado de São Paulo e posteriormente toda a região Sudeste e Sul (ALVES, SOUZA & MARRA, 2011).

O que tem se percebido é que o fluxo migratório tem afetado especificamente a parcela mais jovem da população rural, pessoas com escolaridade superior as remanescentes e

predominância do sexo feminino nesse fenômeno (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1999; FROEHLICH et al., 2011; CASTRO, 2012).

Essas características peculiares da dinâmica migratória brasileira se relacionam intimamente. Os jovens que adquirem maior grau de escolaridade, devido à iminência de produzirem maiores ganhos financeiros, são atraídos por oportunidades de empregos em setores mais desenvolvidos no meio urbano, o que conseqüentemente promove a saída destes das atividades ligadas às propriedades rurais (MAIA, 2014). Por sua vez, condicionados as necessidades das famílias rurais, os jovens do sexo masculino tendem a deixar os estudos, para desenvolver atividades produtivas junto aos demais membros da família, o oposto do que é observado com as mulheres, que ao obter maior grau de instrução tendem a migrar dando origem ao processo de masculinização do campo brasileiro (KOCZICESKI, 2007).

Os fatores associados à migração da população do campo para a cidade podem apresentar características próprias, de acordo com a realidade a qual está inserido. Fatores econômicos, culturais, geográficos direcionam a problemática da fixação do homem no campo de forma diferenciada a depender da região onde estes atores estão inseridos. O que preconiza estudos mais focalizados para que se detenham respostas mais concretas a respeito do fenômeno de migração no contexto atual (LIMA et al., 2013).

“As migrações estão relacionadas diretamente à oferta de trabalho no meio urbano [...]” (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1999 p. 14). Nesse sentido Evangelista e Carvalho (2001) assinalam para a existência, no contexto nordestino, de pessoas as quais o trabalho não adere à produção satisfatória para a reprodução da vida familiar, em razão da oferta abundante de mão de obra ou de minifúndios com baixa capacidade produtiva, “[...] existindo no meio urbano a oportunidade de receber um salário um pouco maior que esse e mais constante, elas seriam facilmente atraídas ou deslocadas, sem que a produção agrícola sofresse qualquer prejuízo (EVANGELISTA & CARVALHO, 2001).

A insatisfatória renda obtida nas atividades agropecuárias desenvolvidas pelas famílias constitui obstáculos a permanência das pessoas no campo, com destaque para a juventude (COSTA & RALISCH, 2013). A necessidade de obter meios pelos quais haja a garantia da reprodução do tecido familiar leva a população a se deslocar aos centros urbanos, os pólos de oportunidades (WOORTMAN, 1990).

Outros fatores relacionados, na bibliografia, à migração da população do campo é a falta de assistência das suas necessidades básicas, tais como saúde, educação, lazer, transporte (DALCIM & TROIAN, 2009). Além do acesso a terra, visto que na falta desse bem a saída

desses trabalhadores do meio rural para os centros urbanos, se apresenta como alternativa viável, configurando-se mão de obra ociosa e barata (LIMA et al., 2013).

4. CONDICIONANTES DO Esvaziamento Rural no Recôncavo da Bahia

O Recôncavo Baiano é a região que cerca a Bahia de Todos os Santos, caracterizada por peculiaridades culturais, históricas e socioeconômicas, ligados intimamente na construção da identidade do povo brasileiro (MATOS, 2011). Apresenta extensão territorial que corresponde a aproximadamente 1,7% do território do estado da Bahia, tendo como bioma característico, a Mata Atlântica (SANTOS, 2004).

É identificado como o berço para produção agropecuária nacional, fortemente implantada devido condições ambientais favoráveis ao desenvolvimento da cana-de-açúcar e do fumo (CARVALHO & GURGEL, 2013). Essas culturas destacaram-se devido a grande extensão de terras utilizados e da riqueza gerada, contudo outras culturas eram trabalhadas nesse território. Provimientos para a subsistência, que eram direcionados tanto ao consumo interno e também para escoamento a Salvador, a qual detinha relação direta com esse recorte territorial devido à proximidade (MATOS, 2011).

Desse processo destaca-se a construção histórica do povo do Recôncavo, que devido à escravidão dos negros trazidos de diversas regiões da África, e tendo como nativos da região os índios Tupinambás, deu início a intenso processo de miscigenação e manifestações culturais e religiosas diferenciadas, estando intimamente ligada a formação do povo brasileiro (FRAGA, 2010).

No entanto, com o processo do desenvolvimento da indústria petroleira na região metropolitana de Salvador, associada a novas configurações socioeconômicas, ligadas ao declínio da economia voltada ao fumo e a cana, o dinamismo econômico desse território foi afetado diretamente (CONCEIÇÃO et al., 2013).

Desse passado histórico, restaram os agricultores desse recorte territorial que sustentavam o sistema produtivo local anteriormente a base da escravidão. Parcela esta que constitui hoje a categoria da agricultura familiar, a base de pequenas porções de terras e mão de obra abundante e técnicas rudimentares no processo produtivo e maior propensão à saída do campo (SANTOS, 2004).

O processo de mobilidade demográfica entre os anos 1991 e 2010 aponta para o processo de esvaziamento do meio rural do território do Recôncavo, assim como o evidenciado nacionalmente (MAIA, 2014). Observando a figura 1, segundo os dados dos censos demográficos disponíveis na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, verifica-se crescimento da população urbana desse território de identidade, seja de 19% entre os anos de 1991 e 2000 e 13% entre os anos de 2000 e 2010.

Em contrapartida, o contingente da parcela residente da zona rural diminuiu gradativamente nesse mesmo período. Observa-se uma diminuição de 5% entre os anos de 1991 e 2000 e 4% de 2000 e 2010, respectivamente. Ou seja, embora em intensidade menor que nas décadas anteriores podemos observar diminuição da população do campo.

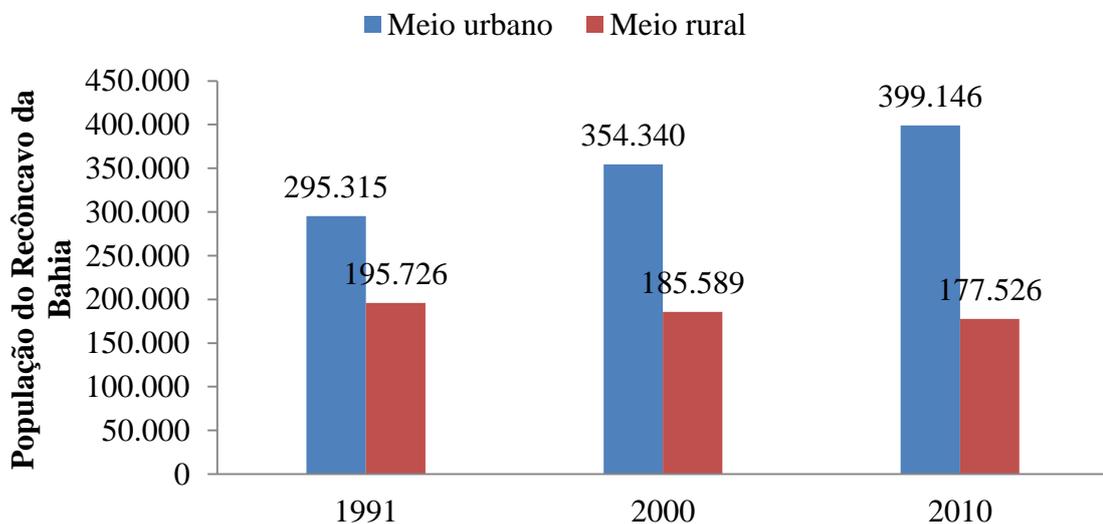


Figura 1. População residente no Território de Identidade do Recôncavo da Bahia, segundo local de moradia.

Nota: elaboração própria com base nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (IBGE/SEI).

Os fatores associados ao esvaziamento do campo podem influenciar de forma diferente a população a depender da idade. Analisando a figura 2, verifica-se uma diminuição na

proporção da população com faixa etária entre 0 e 14 anos. Se em 1991 essa faixa etária se aproximava da metade do contingente total de residentes no meio rural (41,6%), esse número em 2000 decresce em 8%, em comparação ao levantamento anterior. Mesma tendência observada entre os anos de 2000 e 2010, onde o número de pessoas dessa faixa etária residentes no meio rural diminuiu em pontos percentuais de 33,1% para 25,95%.

Este fato indica que nos anos estudados houve a diminuição da taxa de fecundidade das famílias rurais do território do Recôncavo. Famílias menos numerosas devido a diminuição do número de filhos dos casais resultam numa redução no quantitativo absoluto de residentes no meio rural, sobretudo alterações na estrutura dessas famílias, com menor número médio de membros.

Nesse contexto, a estrutura familiar ao longo dos anos se mostra aspecto fundamental para que se compreenda a dinâmica de esvaziamento do espaço rural (SAKAMOTO & MAIA, 2013). A taxa de fecundidade nesses espaços tem diminuído e indicam uma alteração na estrutura das famílias do campo, sendo que se apresentam com números médios de filhos reduzidos e também diminuído o número de famílias nucleares (constituídas de casais e filhos) (MAIA, 2014).

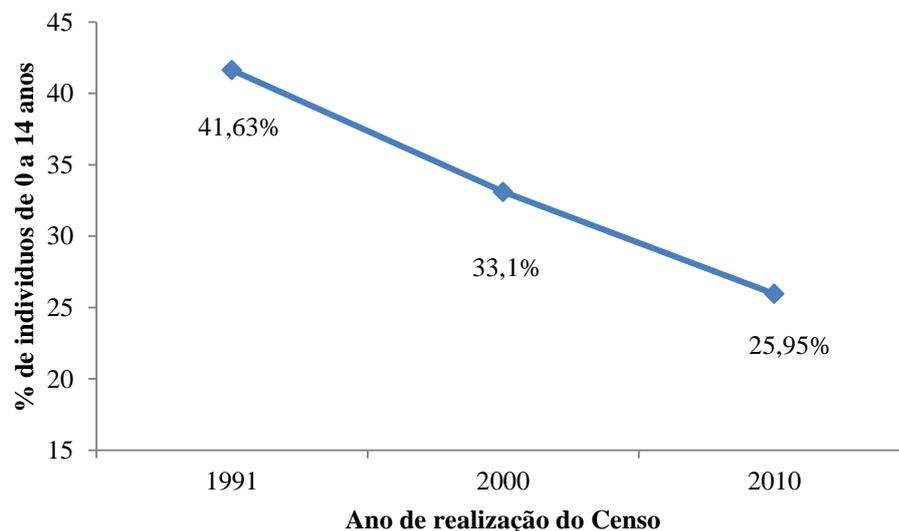


Figura 2. Porcentagem dos residentes do meio rural com idade 0 a 14 anos do território de Identidade do Recôncavo.

Nota: elaboração própria com base nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (IBGE/SEI).

Dos fatores exógenos à estrutura familiar, é visto que o processo de modernização da agricultura reduziu a disponibilidade de postos de trabalho e meios de reprodução da vida desses agricultores (WEISHEIMER, 2012). As transformações produtivas, que por sua vez mudam

as condições de trabalhos e rendimentos, afetam de maneira distinta os diferentes grupos sociais desse espaço dinâmico. Dessa forma, para entender os fatores impulsionadores dessa dinâmica, faz-se necessário visualizar algumas peculiaridades dessa população, tais como sexo, idade, e instrução (MAIA, 2014).

Especificamente, no Recôncavo pode-se citar a crise de culturas tradicionais, tais como a cana-de-açúcar e o fumo, aliados ao surgimento da indústria petrolífera na região metropolitana promoveram um rearranjo da dinâmica econômica da região, favorecendo a migração da população em direção às cidades adjacentes a Salvador (CONCEIÇÃO et al., 2013).

Aspecto importante a se compreender na mobilidade da população rural é a variável sexo. Analisando a tabela 1, referente à razão entre a população rural masculina e feminina, pode-se observar que o meio rural apresenta tendência de maior número de homens em comparação a população do sexo feminino. O Território de identidade do Recôncavo apresenta também esta característica, no entanto pode-se perceber que em menor intensidade.

A masculinização da população rural apresenta-se em maior intensidade nacionalmente. Em 1991, a razão entre sexos correspondia a 1,082, aumentando bastante após as duas décadas analisadas, apresentando em 2010 razão entre homens e mulheres de 1,110. Segundo Maia (2014), no último estudo realizado esses valores intensificaram-se na faixa etária de jovens e adultos, podendo-se associar esse fenômeno a disponibilidade de trabalho característico do público feminino, mais voltados para o setor de serviços. O que implica dizer que de modo geral, há no meio rural 110 homens a mais, para cada mil mulheres. No Nordeste, assim como no estado da Bahia esse fenômeno apresenta-se com menor força, mas com características similares, visto que nos últimos levantamentos essa medida só tem aumentado.

Comportamento diferenciado observa-se no Território do Recôncavo. Além de apresentar razão entre sexos inferior aos demais recortes analisados, esse território de identidade apresentou uma diminuição nesses valores. Em 1991 apresentavam razão de 1,038, apresentando crescimento para 1,045 em 2000. No entanto, essa tendência de crescimento da população masculina rural em razão da população feminina diminuiu, apresentando razão entre sexos de 1,020 no levantamento de 2010, valor inferior até aos estudos anteriores (1,038 e 1,045, respectivamente).

Diversos são os fatores que podem explicar essa tendência de o sexo feminino ser o mais afetado por essas dinâmicas no campo brasileiro (MAIA, 2014). Inicialmente percebe-se que as transformações na matriz produtiva agrícola convencional têm direcionado as oportunidades de trabalho para os homens, sejam essas de caráter temporário ou permanentes (MAIA, 2014).

Outro fator, é que nas unidades familiares a gestão do trabalho e dos recursos é assumida historicamente pelos homens, ficando essas mulheres em condições subalternas na tomada de decisões dentro das unidades produtivas (SILVA, 2009).

Tabela 1. Razão entre populações masculina e feminina rural segundo dados do Brasil, Região Nordeste, Bahia e do Território de Identidade do Recôncavo.

Censos Demográficos	Território do Recôncavo	Bahia	Nordeste	Brasil
1991	1, 038	1, 053	1, 041	1, 082
2000	1, 045	1, 082	1, 070	1, 101
2010	1, 020	1, 085	1, 073	1, 110

Nota: elaboração própria com base nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (IBGE/SEI).

Outro elemento importante é a tendência de as mulheres rurais obterem maiores graus de instrução. As mulheres apresentam maior tempo de estudo, em comparação aos homens rurais que são na juventude estimulados a deixarem os estudos para se dedicar ao trabalho na unidade produtiva (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1999). Por sua vez, essas com melhor escolaridade se adéquam mais facilmente as oportunidades de trabalho nos setores essencialmente urbanos.

As peculiaridades do Recôncavo expressam algumas informações inerentes ao processo de esvaziamento do campo. Segundo Carvalho e Gurgel (2013), o cenário atual desse território de identidade, se mostra bastante preocupante. A pobreza, a alta densidade demográfica, com a economia em crise a beira da estagnação, ocasionando vários problemas sociais a serem superados. O mesmo autor acrescenta que, além desses problemas, a região ainda apresenta problemas ambientais, devido à intensa exploração dos ecossistemas presentes nesse território para a satisfação das necessidades da população (CARVALHO & GURGEL, 2013).

A estrutura fundiária da região apresenta-se como fator a ser discutido, devido à concentração da posse da maior parte da terra nas mãos de poucos, geralmente em forma de pastagens (CONCEIÇÃO et al., 2012). Segundo dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006) do total de 31.103 estabelecimentos agropecuários 92% são caracterizados como da agricultura familiar, segundo a legislação que define este segmento, sendo que esse montante dispõe de apenas 22% da área total de estabelecimentos.

A população rural do Recôncavo baiano apresenta um quadro de empobrecimento. Do montante da população extremamente pobre desse território de identidade 53% moram no meio rural, e esses números podem ser ainda mais expressivos se observamos dados mais específicos, como o da cidade de Cabaceiras do Paraguaçu onde esse número supera os 80% (IBGE, 2010). A atual conjuntura dessa região apresenta um cenário de desigualdades, estagnação e subdesenvolvimento que expõe um contraste com as potencialidades sempre exaltadas (SANTOS, 2004). E como consequência no meio rural, a interferência direta na saída da população em busca de oportunidades e melhores condições de reprodução da vida.

4.1 A CONJUNTURA DO TRABALHO NO CAMPO

Os agricultores familiares do Território do Recôncavo caracterizam-se fundamentalmente pela pequena extensão de terras a serem cultivadas. Apesar de Santos (2004) argumentar que o tamanho da propriedade muitas vezes não deve ser levado em conta no que toca a suficiência destes estabelecimentos, mas sim associar também às potencialidades naturais, sabe-se que o tamanho das propriedades é fundamental. A mesma autora afirma que não há como aumentar os ganhos de uma família dada as condições sem aumentar o excedente por hectare e propriedade (SANTOS, 2004).

Haja vista que na caracterização das unidades de produção familiar em sua maioria são minifúndios, outras estratégias para a obtenção da renda necessária a reprodução socioeconômica das famílias podem ser necessárias, como a disponibilização de mão de obra a outras atividades econômicas (SILVA & COSTA, 2012). Tendo esses espaços características propensas a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas nas propriedades, como estratégia viável para a aquisição de renda familiar satisfatória (SCHNEIDER, 2003).

Como estratégia viável a obtenção de rendimentos necessários a reprodução socioeconômica dessas famílias, observa-se a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, seja dentro ou fora da unidade produtiva. Segundo dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006), do total de produtores familiares no Recôncavo, 28% realizam atividades fora do estabelecimento e desse contingente 43% caracteriza-se como atividade não agrícola.

À estrutura fundiária no Recôncavo, ainda associa-se a falta de assistência técnica e adoção de tecnologias adequadas aos processos produtivos específicos nesse território de identidade, que por sua vez estão intrinsecamente ligados a falta de instrução desses produtores (CONCEIÇÃO et al., 2012). Como resultado, pode-se observar sistemas insustentáveis, de

baixa produtividade e conseqüentemente rendimentos insatisfatórios, dificultando a reprodução socioeconômica dos agricultores em seus espaços de identidade.

Essas características moldam tipicamente o perfil de agricultores que por necessidades de reproduzirem-se socioeconomicamente e com problemas estruturais necessários a produção agropecuária, deixam suas comunidades em busca de emprego, estabilidade financeira, assumindo novos valores e atitudes, diferente dos que produziam em seu território de origem (WOORTMAN, 1990).

As características das relações familiares e a organização do trabalho sofrem novas modificações, em função do capital aplicável, da estrutura familiar e dos recursos disponíveis na unidade de produção (ALVES & MOTA, 2012). Como consequência as estratégias de reprodução socioeconômica dessas famílias na produção agrícola estão subordinadas as novas configurações da família rural e das peculiaridades encontradas em cada região especificamente.

4.2 CONDIÇÕES EDUCACIONAIS E SUAS DETERMINANTES

A educação é um fator fundamental a ser observado para se compreender a dinâmica da mobilidade da população no meio rural. Camarano e Abramovay (1999) afirmam que esta relaciona-se diretamente com a saída das pessoas no campo. Dessa forma, as pessoas com maior instrução tendem a deixar os espaços rurais a fim de conseguirem melhores condições de vida nos centros urbanos, haja vista que teoricamente os postos de trabalho desses espaços demandem maior grau de escolaridade.

Dessa forma, concebe-se que as atividades primárias de produção tidas como autênticas das unidades de produção agropecuárias não implicam na demanda de grandes conhecimentos que poderiam ser adquiridos para a gestão e realização das atividades de cunho produtivo. Com isso, a parcela dos moradores do campo que residem no meio rural que obtivessem maiores níveis de escolaridade estariam de fato, dispostos a saírem das unidades produtivas em busca de oportunidades nos atrativos centros urbanos.

No entanto, outros autores demonstram que a educação também pode ser fator essencial a possibilidade de escolha dos residentes no campo em permanecer nesses espaços (CASTRO, 2012; OLIVEIRA & CAMPOS, 2012). Prática educativa essa que instrumentalizaria os atores

do campo brasileiro a promover aumento na eficiência produtiva das unidades familiares e, por conseguinte, a obtenção de rendimentos maiores (OLIVEIRA & CAMPOS, 2012).

Nas análises referentes às peculiaridades do território do Recôncavo os comportamentos não se modificam em comparação aos observados nacionalmente (MAIA, 2014). Dos dados obtidos dos censos demográficos analisados pode-se observar que a taxa de analfabetismo está decrescendo tanto nas cidades quanto no espaço rural.

No entanto, observa-se disparidade na taxa de analfabetismo entre os residentes das cidades e das comunidades rurais do Recôncavo Baiano. Em 2000, esse território apresentou taxa de 32,3% de analfabetismo no campo, quase quatorze pontos percentual superior as do meio urbano. Esses valores se mostraram inferiores aos apresentados no levantamento anterior (1991). Onde campo e cidade apresentaram taxas de 51,6% e 27,2% da população analfabeta, respectivamente.

A taxa de analfabetismo referente ao censo de 2010 apresentou os melhores valores, sendo 13,5% para o meio urbano e 24,8% da população meio rural. No entanto, esses valores mostram certa deficiência na educação desse território de identidade, se comparados a porcentagem da população analfabeta do país que apresenta taxa de 7,3% nas cidades e no campo 23,19%, respectivamente. No geral observando o gráfico linear (tracejado) a taxa de analfabetismo no Recôncavo tem tendência de diminuir à 1% ao ano (figura 3). E mostra-se preocupante realidade do espaço rural, que registram dados de analfabetismo em torno do dobro dos observados no meio urbano em quaisquer dos recortes analisados.

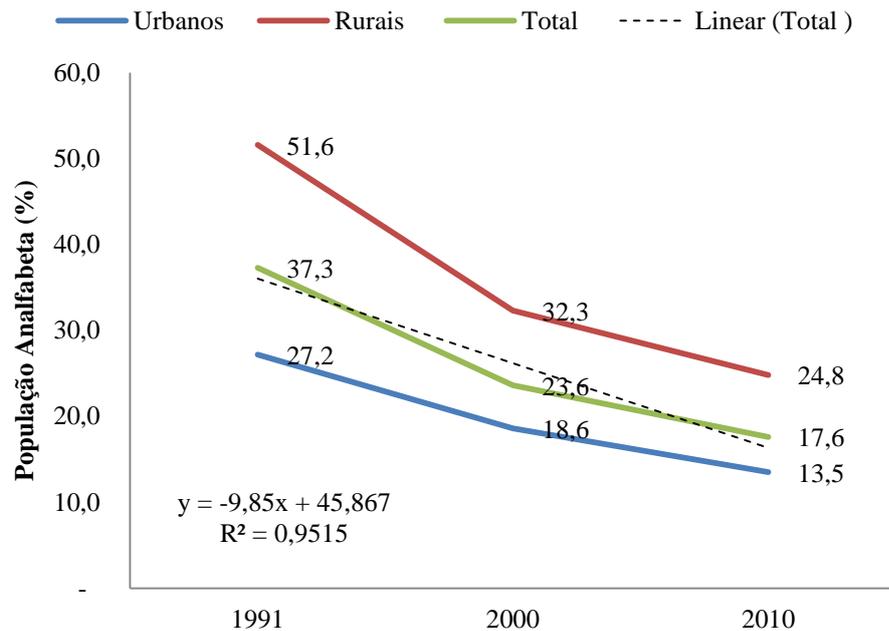


Figura 3. Taxa de Analfabetismo da população de 15 anos ou mais, por situação do domicílio (%).

Nota: elaboração própria com base nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (IBGE/SEI).

MAIA (2014) analisando a escolaridade no meio rural e urbano em diferentes faixas etárias afirma que no meio rural a predominância das mulheres jovens em conquistarem maiores grau de instrução formal, induzem as mesmas a atração pelos pólos de empregos urbanos, que geralmente remuneram melhor, comparado as atividades rurais.

Os rapazes são incentivados a deixarem os estudos para trabalhar nas unidades produtivas e assim promover aumento na renda familiar. Em contrapartida, as mulheres que historicamente tem sua importância na unidade familiar invisibilizada, por realizar geralmente somente atividades de reprodução (cuidar das crianças, prepararem a comida, lavar a casa, etc.), tendem a conseguir instrução superior aos homens e por consequência são atraídas pelas oportunidades nas cidades.

Ribeiro (2012) comenta que quando há escolas no meio rural, a mesma apresenta-se modalidade que as escolas nas áreas urbanas. Excluindo-se qualquer tentativa de se adequar a escola a realidades das pessoas que vivem aquela realidade específica. Tendo os filhos dos agricultores que se formarem nessa perspectiva. A autora destaca também, que essas escolas não estão cumprindo a função de oferecer conhecimentos elementares de leitura, escrita e

operações matemáticas básicas, explicando as altas taxas de analfabetismo e baixos níveis de instrução formal no meio rural (RIBEIRO, 2012).

A criação de escolas no espaço rural se mostra importante para a mitigação do problema do analfabetismo no Recôncavo. Programas diferenciados vêm sendo desenvolvidos para que melhore as condições de trabalho dos agricultores mediante acesso qualificado a educação, promovendo melhor gestão dos empreendimentos familiares. Silva & Costa (2012) relatam em pesquisa junto a agricultores associados à cooperativa da agricultura familiar do território do Recôncavo (COOAFATRE) que muitos agricultores residentes em municípios desse território estão matriculados no programa estadual “TOPA” (Todos pela alfabetização). Construindo novos conhecimentos e utilizando-os no processo produtivo familiar. No entanto, o observado é que muito ainda deve ser feito para melhorar a qualidade da educação básica tanto no meio rural, quanto nas cidades que compõem esse território de identidade.

5. ANÁLISE QUANTI-QUALITATIVA DE DADOS PROVENIENTES DO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS- BA.

Em se tratando do fenômeno da mobilidade das populações do campo, percebe-se necessário uma abordagem mais específica, que contemple as peculiaridades de cada espaço de construção e reprodução do modo de vida no campo. Para tanto, além de dados que contemplem o perfil dos egressos do campo, deve-se também atentar para como se organiza essas unidades de produção familiar e qual as implicações dos diferenciados modos de convivência e trabalho na tomada de decisão dos membros das famílias do campo em sair das unidades de produção, buscando melhores condições nas cidades.

Tendo como um dos eixos fundamentais da abordagem metodológica a dinâmica das unidades familiares, esse trabalho buscou também mediante aplicação de questionários e observação de campo analisar as características dessas famílias do campo que se apresentam como fatores associáveis a migração rural/urbana de membros dessas famílias agricultoras, analisando as variáveis pertinentes a esse trabalho e expostas a seguir.

Na Tabela 2 são apresentadas as correlações entre as variáveis analisadas para as UFP - Unidades Familiares de Produção no que diz respeito à sua caracterização para comparação com os dados oficiais apresentados anteriormente. Indicando a relação entre as variáveis inerentes as famílias agricultoras, tendo como objetivo quantificar fatores característicos dessas

unidades de produção e suas relações intrínsecas que influenciam no êxodo rural dos membros das famílias rurais.

Dos fatores analisados, observa-se que o coeficiente educacional está negativamente relacionado com a média etária das famílias estudadas. Ou seja, quanto menor a média de idade das famílias maior o coeficiente educacional observado entre estas. Dessa forma, percebe-se que maiores níveis de escolaridade estão associados aos membros mais jovens das unidades familiares. O que, conseqüentemente pode induzi-lo a deixar o campo, a depender das relações familiares e de trabalho nas unidades de produção.

Segundo MAIA (2014), o melhor grau de instrução obtido pelos jovens, favorece a atração desses por oportunidades de trabalho em setores urbanos que remuneram melhor, em comparação as atividades da unidade familiar, o que induzem a migração dessa parcela da população do campo, que apresenta-se mais instruída ao passo que se é mais jovem.

Outro fator que pode ser associado a esse fenômeno é a participação dos demais membros da família nas decisões da unidade de produção familiar. Decisões centralizadas tendem a afastar membros da família da gestão dos trabalhos e dos recursos advindos das atividades realizadas. E, por conseqüência, os membros fora dos processos decisórios tendem a optar por sair dessas unidades de produção, buscando oportunidades geralmente desligadas das atividades agropecuárias.

Os dados mostram que as UFP's que maior o número de membros maior concentração das decisões no processo produtivo, sobretudo nas famílias com menor média de idade. Podendo esse fato estar associado ao maior número de membros jovens nessas famílias, que por sua vez possuem posições subalternas em comparação aos mais velhos, no que toca a gestão dessas propriedades rurais. Contribuindo para que essas pessoas deixem esses espaços em busca de melhores condições de trabalho e remuneração satisfatória. Nas correlações dos demais fatores não houve efeitos significativos a serem discutidos.

Tabela 2. Correlação de Kendall^z para as variáveis que caracterizam as Unidades Familiares de Produção na Região do Município de Cruz das Almas no Recôncavo da Bahia.

Variável	Estatística ^y	Md Idd	AtProp	CoefEdu	nº Mfam
Md Idd	Correlação	1			
	P valor (τ)	.			
AtProp	Correlação	0,183	1		
	P valor (τ)	0,125	.		
CoefEdu	Correlação	-0,260*	-0,047	1	

	P valor (τ)	0,032	0,700	.	.
n° Mfam	Correlação	-0,083	-0,019	0,191	1
	P valor (τ)	0,516	0,883	0,146	.
Part	Correlação	0,136	-0,017	-0,094	-0,628**
	P valor (τ)	0,284	0,895	0,470	0,002

Md Idd – Média de idade da família, AtProp – Área total da propriedade (hectares), CoefEdu – Coeficiente Educacional (Nota da Figura 3), n° Mfam – Número de membros da família, Part – Coeficiente de participação da família das decisões da UFP [dado pelo número de pessoas que opinam nas decisões da UFP dividido pelo número total de membros];[‡] Tau (τ) de Kendall onde: * significa $p < 0,05$ e ** $p < 0,01$ para as correlações marcadas.[¥] Correlação e significância bilateral (P valor (τ)).

Na Figura 3 é explorada a relação entre a faixa etária média da família e o Coeficiente Educacional, que retrata o grau médio de escolaridade da família. Para tanto, foi utilizado uma escala classificando em níveis de 1 à 5 o grau de instrução das unidades de produção familiar. Visto que 1 corresponde aqueles que não possuem tempo de estudo formal e 5 os que possuem pós-graduação.

Observa-se que na faixa etária superior a 35 anos o coeficiente educacional apresenta valores inferiores aos observados nas outras faixas etárias estudadas. Percebe-se que são os jovens quem detém maiores níveis de escolaridade na família. Nesse sentido, quanto maior o número de jovens dessas famílias, maior o coeficiente educacional. Estando esses jovens mais propensos a serem atraídos por oportunidades de emprego nas cidades, migrando em busca de melhores condições de vida, principalmente se outras condições também influenciarem neste sentido, tais como, concentração da renda na figura paterna e da gestão trabalho, etc.(CAMARANO & ABRAMOVAY, 1999).

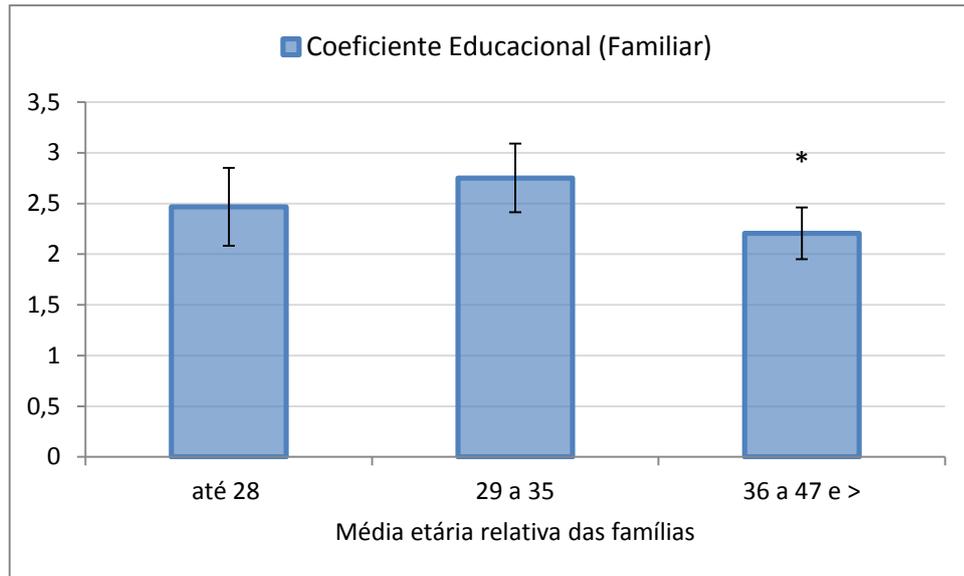


Figura 3. Coeficiente educacional ponderado por família em função da média etária da família. Nota: Coeficiente construído por meio de entrevista semi-estruturada, aplicada a escala de Likert e ponderada pelo número de membros da família (Fonte: Pesquisa de campo).

Em contrapartida as famílias com médias etárias maiores, tendem a apresentar menor coeficiente educacional. E em detrimento disto, permanecem nas atividades da unidade de produção familiar. Haja vista que, historicamente concebe-se que não há necessidade da realização de estudos para viver no campo (STROPASOLAS, 2011). E que ficam no campo aqueles que não estudaram o suficiente para sair das propriedades rurais, tendo como única alternativa a permanência, entendida como penalidade (FROEHLICH et al., 2011)

Não houve efeito para o gênero (masculino e feminino), que tinha participação nas decisões sobre as Unidades Familiares de Produção (UFP) ou do número de membros da família ($p > 0,05$) sobre o coeficiente educacional, embora para famílias com maior faixa etária na média o coeficiente educacional foi menor ($p < 0,05$).

Na figura 4 (“a”, “b” e “c”) é apresentada a relação entre Número de membros na família (eixo x), Idade média da família (eixo y) e Coeficiente educacional referente à Escolaridade média (tamanho da bolha). A separação da figura faz referência ao processo de decisão sobre a UFP, sua condução e responsabilidade sobre os Sistemas Produtivos conforme descrito em Solano et al., (2001).

Na figura 4a observa-se que à medida que o número médio de membros das famílias aumenta, há uma diminuição na média de idade das famílias rurais entrevistadas. Ou seja, em famílias numerosas destaca-se a presença de jovens que tendo idade menor, promove diminuição na média de idade dessas famílias. Mesmo fenômeno ocorre na figura 4c, que compreende recorte das famílias que declararam ser concentradas as decisões na UFP

concentrada em um só membro familiar. No que toca ao coeficiente educacional, não houve variação proporcional as demais variáveis analisadas nessas figuras (4a e 4b).

Em contrapartida, analisando as informações presentes na figura 4b observa-se que há uma tendência diferente dos outros observados, por ser este o recorte das famílias que declararam ser compartilhada as decisões nas UFP's. Percebe-se que à medida que o número médio de membros familiar aumenta a média de idade dessas famílias também aumentam. O que mostra tendência de essas famílias possuírem membros adultos e/ou da terceira idade e menor número de jovens, o que consequentemente aumenta a média de idade das famílias agricultoras. Quanto ao coeficiente educacional os maiores níveis são encontrados em famílias com maior número de membros.

Percebe-se tendência de centralização das decisões nas UFP's. Os resultados mostram que a centralização das decisões relacionam-se com o fato de haver jovem nessas unidades de produção. Esses jovens são secundarizados devido a não participação na gestão das propriedades e com o aumento da qualidade escolar ao longo dos anos, tendem a obter condições necessárias para saírem das unidades agrícolas em busca de trabalho em setores urbanos, detentores de melhores salários e o que possibilita protagonismo a essas pessoas (MAIA, 2014; STROPASOLAS, 2011).

As famílias que compartilham as decisões geralmente possuem menos jovens, visto que à medida que o número de indivíduos familiares aumenta, também cresce a média de idade das famílias. Com mais pessoas adultas e de terceira idade nas famílias, infere-se que a participação e responsabilidade das UFP's são compartilhadas. O que se percebe é que a relação entre os membros das famílias no que toca a gestão dos empreendimentos agrícolas é pautada na hierarquia que historicamente inferioriza os mais jovens (ALVES & MOTA, 2012).

Dessa forma, observa-se que os mais jovens estão propensos a deixarem as UFP, devido a tendência de centralização da gestão do processo produtivo, que por vezes afetam até mesmo nos ganhos desses jovens, onde seu trabalho é tido como ajuda e acaba não sendo remunerado, levando esses a se interessarem por atividades que os proporcionem renda, mesmo que fora da unidade familiar.

Processo esse que é influenciado diretamente com a escolaridade dos jovens, que adquirindo instrução são motivados a saírem do campo em busca de rendimentos satisfatórios nos centros urbanos. Ambiente atrativo para esse recorte populacional.

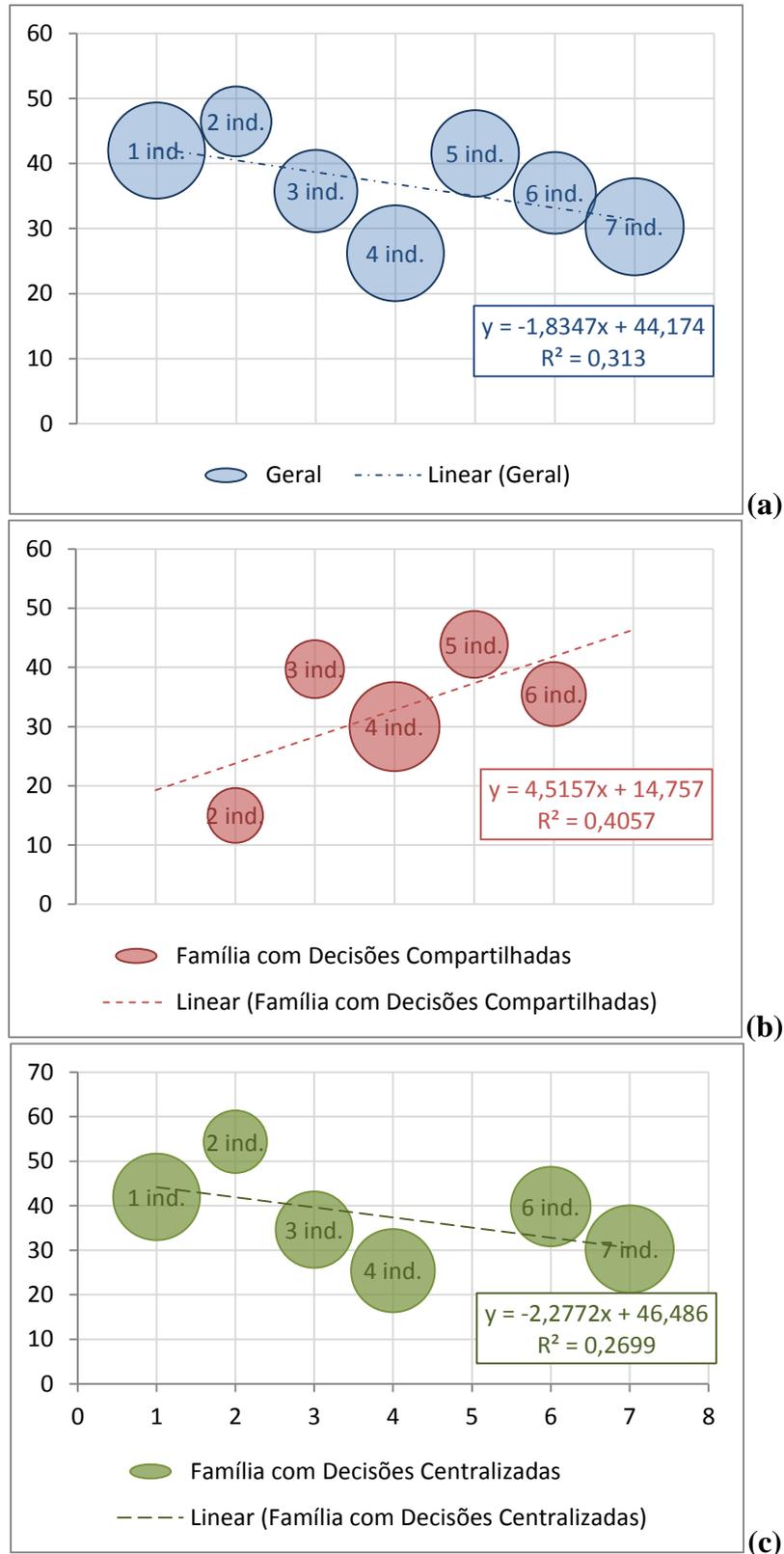


Figura 4a. Número de membros na família (*eixo x*) e Idade média da família (*eixo y*) e referência à escolaridade média da família (Coef.Edu; tamanho da bolha), com referência a média geral da amostragem; **3b** Idem, com relação às famílias que compartilham a decisão nas UFP; **3c** Idem, com relação às famílias cuja decisão nas UFP e centralizada em uma pessoa

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de o êxodo rural ter perdido forças nas últimas décadas esse problema ainda persiste. Embora em menor intensidade, a mobilidade da população rural é viabilizada devido à estrutura histórica das relações familiares no campo, a questão fundiária, os baixos rendimentos das atividades agrícolas, que em conformidade com fatores inerentes a nova formatação das famílias rurais, promove o chamado esvaziamento do campo.

No entanto, anterior a essa discussão, a definição do espaço rural se mostra contraditória. Nesse estudo, apropriou-se a definição utilizada pelo IBGE, assim como MAIA (2014), que define espaço rural como áreas exteriores aos perímetros urbanos, ou os distritos, e encontrando-se externas as áreas urbanas isoladas (povoados, vilarejos, etc.) definidas municipalmente, pois além de estar em conformidade com fontes dos dados ainda pode-se mensurar a dinâmica migratória num único município. No entanto, em contraste a esta definição, VEIGA (2005) defende a definição de espaço rural como área de baixa densidade demográfica, cidades de pequena população e outras que não constitua aglomerações metropolitanas.

Concebe-se como natural a diminuição da taxa de fecundidade das famílias rurais e consequente diminuição das famílias nucleares (casais com filhos). Em contrapartida, dos fatores exógenos a estrutura familiar nota-se que esses atingem mais intensamente os jovens e ainda mais as mulheres. Apesar de no Território do Recôncavo o coeficiente de masculinidade do meio rural apresentar redução da disparidade entre homens e mulheres no campo, estudos em outras regiões apontam para a masculinização do espaço rural (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999; FROEHLICH et al. 2011). Tendo como condicionantes as relações históricas entre gênero nas famílias rurais, inferiorizando-as e a escolaridade alcançada geralmente pelas mulheres e as qualificam a ocuparem espaços oportunos nos setores econômicos das cidades.

A análise dos fatores associados ao êxodo rural pode apresentar variações com relação às peculiaridades de cada região, sendo viáveis estudos focalizados em recortes espaciais específicos. Dessa forma, os fatores que favorecem a saídas das pessoas do campo na região sul, por exemplo, podem se apresentar em outras regiões brasileiras de forma diferenciada (MAIA, 2014). Mostrando-se de fundamental importância a realização de estudos que venham descrever a mobilidade rural urbana numa perspectiva específicas.

O primeiro fator a se considerar é a concentração fundiária no Território em questão. Elemento fundamental para viabilização da base material para permanência no meio rural, encontra-se, a maior proporção dela fora do acesso das famílias agricultoras.

Na abordagem da dinâmica migratória do Território de Identidade do Recôncavo, observou-se a tendência nas próximas décadas de as cidades aumentarem o contingente populacional em detrimento do meio rural, que apesar de em menor intensidade, a população tende a apresentar diminuição. E que empreendimentos industriais como o polo petrolífero da região metropolitana e as universidades instituídas nesse recorte espacial contribuem o dinamismo econômico, social e populacional dessas cidades, estando também relacionados com essa dinâmica da população.

Outro aspecto diferencial pronuncia-se no coeficiente de masculinização desse território de identidade, onde ao contrário das tendências nacionais, nordestinas e do estado, na última década diminuiu. Aumentando a proporcionalidade entre o número de homens e mulheres rurais do Território do Recôncavo. Podendo este fenômeno estar associado, além dos demais fatores a proximidade dos centros urbanos com as comunidades rurais o que possibilita que mulheres que trabalham nas cidades voltem para casa no meio rural. Ou até mesmo crescimento quantitativo da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas nas unidades de produção, aumentando no meio rural o beneficiamento de produtos e serviços desligados da produção primária.

Nesse contexto, aprecia-se a educação como elemento importante no incremento da renda familiar. No território do Recôncavo, pode-se observar que a porcentagem de analfabetismo tem diminuído no geral. No entanto, quando se tratando do meio rural os resultados são inferiores comparados ao meio urbano, cabendo nesse contexto medidas estratégicas por parte do poder público na busca do equilíbrio rural/urbano no que toca a escolaridade. Mesmo que historicamente foi veiculada a ideia de que não precisa estudar para realizar atividades na roça (STROPASOLAS, 2011).

Em observação aos dados de unidades de produção familiar, observa-se que há uma relação inversa entre o coeficiente educacional das UPF's e a média de idade das famílias. Haja vista que a diminuição dessa média de idade é alterada mediante aumento do número de jovens na família. Desse modo, observa-se que esses possuem maior grau de escolaridade e são consequentemente atraídos mais facilmente as oportunidades nos setores econômicos urbanos. Associando-se também, que as decisões nas unidades familiares não são compartilhadas com esses membros das famílias agricultoras. Tendo muitas vezes, seus serviços prestados nos lotes como apenas uma ajuda a família (LIMA, et al. 2013).

Nesse sentido, percebe-se que a partilha dos rendimentos familiares e a descentralização das tomadas de decisões podem contribuir para que as pessoas a margem da gestão das unidades familiares permaneçam nas propriedades. Ainda que essas pessoas possuam maior grau de instrução, sendo associado esse maior acesso a conhecimentos, a maiores rendimentos na propriedade rural, se as competências construídas na educação formal forem de fato utilizadas para melhor gestão da UPF, aumentando assim suas potencialidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R.; CAMARANO, A. Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos. **Rio de Janeiro: IPEA**, 1999.
- ALVES, E.; SOUZA, G. S.; MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista Política Agrícola**, v. 20, n. 2 – Abr./Maio/Jun. p. 80-88, 2011.
- ALVES, K. S.; MOTA, D. M. Organização do Trabalho Familiar do Espaço Rural Paraense: Novos Arranjos na Organização do Trabalho e na Gestão das Unidades De Produção. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v.9, n.2, p.191-215, Jul./Dez. 2012.
- CARVALHO E.; GURGEL. G. A Sustentabilidade da Cultura do Inhame no Recôncavo da Bahia: Realidade e Perspectivas. **Revista Bahia Agrícola**. v. 9, n. 1, pag. 42-47, 2013.
- CASTRO, E. G. de. Juventude do Campo. In: CALDART, R. S.I; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P. e FRIGOTTO, G. In: **Dicionário de Educação do Campo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 788 p.
- CONCEIÇÃO, E. G.; PEIXOTO, U. S.; SANTOS, E. M. P. A trajetória das inovações tecnológicas no Recôncavo Baiano: as implicações socioeconômicas da construção das rodovias e da instalação da Petrobrás na agricultura da região. In: Congresso Baiano dos Estudantes de Geografia, 8, Ilhéus, **Anais... Ilhéus**, 2012, p. 1-1.
- COSTA, F. L. M.; RALISCH, R. A juventude rural do assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis (PR). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 3, p. 415-432, 2013.
- DALCIN, Dionéia; TROIAN, Alessandra. Jovem no meio rural a dicotomia entre sair e permanecer: um estudo de caso. Seminário Nacional Sociologia e Política, 1, Curitiba, **Anais... Curitiba**: p. 1-20, 2009.
- FROEHLICH, J. M., RAUBERI, C. C., CARPES, R. H., TOEBE, M. DA COSTA, Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, v. 41, n. 9, p. 1674-1680, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. IBGE Cidades Bahia. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=29>> Acesso em: 09 abr. 2015.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Revista Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina- PR, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008.

Lima, M. S. **O comércio de laranja de beira de estrada realizado na BR 101 – Trecho Cruz das Almas – Sapeaçu**. 2009. 66f. Monografia (Curso de Economia) - Universidade Federal da Bahia. Salvador.

LIMA, S. M. V.; VIEIRA, L. F.; CASTRO, A. M. G.; SARMENTO, E. P. **Juventude Rural e as Políticas e Programas de Acesso à Terra no Brasil: Recomendações para Políticas de Desenvolvimento para o Jovem Rural**. 1. ed. Brasília: NEAD, 2013. 184p.

MAIA, A. G. O Esvaziamento Demográfico Rural. In: Buaiarin, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. (Org.) In: **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. 1. ed. Brasília: Embrapa, 2014. p. 1082 – 1099.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, M. J. In: **Para além da Produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

MARTIGNONI, L. **Lazer no assentamento rural Oito de Junho: análise a partir da multifuncionalidade da agricultura**. 2013. 128f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco.

MATOS, A. N. **Trabalho, Identidade e Processos de Mudança: Etnografia de uma Comunidade do Recôncavo Baiano**. 2011. 120f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MENDONÇA, K. F. C.; RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; AUGUSTO, H. A. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 445-463, jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, L. M. T.; CAMPOS, M. Educação Básica do Campo. In: CALDART, R. S.I; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P. e FRIGOTTO, G. In: **Dicionário de Educação do Campo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 788 p.

ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Editora Alínea, 2008.

RIBEIRO, M. Educação Rural. In: CALDART, R. S.I; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P. e FRIGOTTO, G. In: **Dicionário de Educação do Campo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 788 p.

SÁ, R. M.; OLIVEIRA, E. A.. Êxodo Rural e Políticas Públicas: Aspectos da Modernização na Agricultura Brasileira. In: Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica, 9, Belém, **Anais...** 2009.

SAKAMOTO, C.; MAIA, A. G. Os impactos das mudanças na estrutura das famílias sobre a distribuição de renda: uma comparação entre áreas urbanas e rurais no Brasil. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 51, Belém. **Anais...** 2013.

SANTOS, E. P. B. **As estratégias de sobrevivência do pequeno agricultor familiar de São José do Itaporã, Município de Muritiba. Recôncavo da Bahia.** 2004. 87f. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) - Escola de Agronomia. Universidade Federal da Bahia, Cruz das Almas.

SILVA, B. C. D.; COSTA, A. E. D. V. Diagnóstico sócio-produtivo dos agricultores familiares cooperados à cooperativa da agricultora familiar do território do recôncavo da Bahia – COOAFATRE. **Revista Magistra**, v. 24, n. 2, p. 151-159, abr./jun. 2012.

SILVA, E. A. Mulher do Campo: Educação e Relações de Gênero. In: Congresso de Leitura do Brasil (COLE), 17, Campinas. **Anais...** 2009.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SOLANO, C.; LEÓN, H.; PÉREZ, E.; HERRERO, M. Who makes farming decisions? A study of Costa Rican dairy farmers. *Agricultural Systems*, v.67, n. 3, p.181-199, 2001.

SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 205-222, 2014.

STROPASOLAS, V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista agriculturas: experiências em Agroecologia**, v. 8, p. 26-29, 2011.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI. Censo Agropecuário 2010. Disponível em:

<http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=772&Itemid=3

> Acesso em: 09 abr. 2015.

VEIGA, J. E. A relação urbano/rural no desenvolvimento regional. **Cadernos do CEAM**, n. 17, 2005.

VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001.

WOORTMANN, K. **Migração, família e campesinato**. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, 1990.

